

Revolução



Otelo
saiu da prisão



o fascismo nas
Forças Armadas



Melo Antunes
e os "nove"



lutas dos
trabalhadores

**O PRP RETIRA OS SEUS REPRESENTANTES
DA CNPUP E DAS DISTRIAIS**

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Emigrantes portugueses contra a prisão de Oteló

Paris 2/11/1976

Carta aberta-aos:

SDENHOR
Primeiro-Ministro,
Doutor Mário Soares

e
Senhor

Embaixador de Portu-
gal em Paris

Exm.ºs Senhores:

A indignação é o senti-
mento geral na emigra-
ção depois da toma-
da de conhecimento da
condenação a vinte dias
de prisão agravada do
Presidente de 800.000
portugueses e de mil-
hares de emigrantes
que não puderam votar.

OTELÓ está preso sob
a acusação de participar
numa festa dos GDUPs
e de ter expressado opi-
niões políticas sem ter
pedido autorização Esta-
do-Maior do Exército.

— E, todos os milita-
res que fazem declara-
ções políticas?

— Esses continuam
em liberdade porque es-
sas declarações são de
carácter repressivo e
promovem as formas de
repressão sobre o Povo
Português, como as de-
socupações das casas
que depois de estarem
vazias à anos e anos fo-
ram utilizadas como ha-
bitação por trabalhado-
res pobres, e o ataque
directo à reforma
agrária, depois da justa
ocupação das terras por
aqueles que sempre ne-

las trabalharam, a sua
desocupação a poder de
armas e devolução aos
latifundiários com
subsídios. Mesmo depois
de o próprio Governo ter
reconhecido que a pro-
dução das cooperativas
ultrapassava de bastante
a produção sobre o con-
trole dos «Senhores»
que dizem possuir a ter-
ra mas que nada fazem
por ela, e têm uma gran-
de parte em reservas pri-
vadas de caça.

Ao tomar estas medi-
das o Governo «Socialis-
ta» põe milhares de tra-
balhadores na rua, para
o desemprego e para a
miséria.

Como podemos nós,
trabalhadores emigran-
tes, ter confiança no vos-
so Governo dito Socialis-
ta e como poderemos
nós continuar a enviar as
nossas economias para
aí, sabendo que esse di-
nheiro não vai criar em-
pregos, mas sim
subsidiar os latifun-
diários, pagar ordenados
e subsídios aos assassi-
nos da PIDE e aos pa-
trões que após o 25 de
Abril saíram de Portu-
gal com milhares e mi-
lhares de contos, e hoje
o sr. Primeiro-Ministro,
pede-lhes para que en-
trem de novo no país pa-
ra que possam continuar
a explorar os trabalhado-
res e mandar os lucros
dessa exploração para a
Suíça ou para o Brasil.

Nós, emigrantes traba-
lhadores, não podemos
consentir que o dinheiro
ganho com o nosso suor
aqui em França, sirva pa-
ra fazer viver, também,
um exército ao serviço

do capitalismo, para re-
primir o povo trabalha-
dor.

Sr. Primeiro-Ministro
como poderemos nós ter
confiança no vosso Go-
verno quando é preso o
obreiro do 25 de Abril,
e são mantidos em pri-
são homens que só são
mantidos homens em pri-
são homens que só são
acusados de cometerem
o crime de serem antifas-
cistas, como por exem-
plo, o estudante Rui Go-
mes, enquanto são pos-
tos em liberdade os bom-
bistas ao serviço do fas-
cismo, os pides, assassi-
nos do Povo Português,
e o fascista Spínola, as-
sassinado do soldado Luis
morto no «11 de Março»
Março».

A prisão de Oteló é
uma provocação ao Mo-
vimento Popular. Esta
provocação tem tido a
resposta devida nas
grandes mobilizações
que tiveram lugar no dia
27 de Outubro em Lisboa
e no dia 31 de frente
à prisão de Caxias.

Nós trabalhadores emi-
grantes, somos soli-
dários com todos os an-
tifascistas que repudiam
mais este acto represivo
do vosso Governo
contra o Povo explorado.

**NÓS EXIGIMOS A PRI-
SÃO IMEDIATA DOS PI-
DES E DE TODOS OS
FASCISTAS:
NÓS EXIGIMOS LI-
BERDADE TOTAL PARA
OTELÓ E TODOS OS ANTI-
FASCISTAS**

Um Grupo de Trabalha-
dores Portugueses Emi-
grantes em França

Lê assina divulga Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e
das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de
Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Conde de
S. Salvador, 374
Tel. 931925

BARCELLOS — Av. Liberdade 60/c
Tel. 83099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges,
Tel. 22961

CASTELO BRANCO — Rua de
Santa Maria, 10 Tel. 179

MARINHA GRANDE — Rua Mar-
quês de Pombal, n.º 65

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua
Jaime Afreixo n.º 142
Tel. 24149

ARGEIA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 — Algés de Cima
Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
N.º 16-17 Tel. 2512907

PARADE — Rua Gomes Freire de
ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves
Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço
de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocado, 3
Tel. 28949

COVA DA PIEDADE — Estrada
Nacional, n.º 10 Tel. 2763267
2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusebio
Leão, 31 Tel. 2076745

QUINTÁ DA LOMBA — Rua de
Goa, 21-A
SINES — Rua Marquês de
Pombal, n.º 86 Tel. 62980

LAVRADIO — Rua dr. José Car-
cano Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão
das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculá-
no, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Rellor Teixeira
Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho,
n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José de Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.º Tel. 63063

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio
PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-
bro, 17

MONCHIQUE — Estrada da Foia,
9, Monchique

ESTOMBAR — Rua D. Pedro
Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS	Semestral — 110\$00	PAGAMENTO
	Anual — 220\$00	
ESTRANGEIRO	Semestral — 400\$00	Em cheque <input type="checkbox"/>
	Anual — 800\$00	Em vale <input type="checkbox"/>

Para fugir ao ditado

"QUEM COM FERRO MATA, COM FERRO MORRE"

OU: os "nove" ainda podem escolher

Há sinais evidentes de que a fascistização do Poder segue o seu curso a grande velocidade. Mas simultaneamente ganha relevo a posição dos «nove» que se opõem ao fascismo. O oporem-se ao fascismo é aliás uma medida de autodefesa, pois é sabido que — eles serão dos primeiros a ser atingidos pela forquilha fascista. Perante isto, qual vai ser a prática dos «nove», de que Melo Antunes continua a ser a cabeça? E qual vai ser a prática da esquerda perante os «nove»? De qualquer modo, o momento é de grande crise dentro do Poder enquadrada na crise geral económica, social e política que se vem arrastando.

O Governo PS tem cumprido a missão que lhe foi dado cumprir: comporta-se como um Governo antitrahadores, classificação que lhe convém mais do que a de Governo conservador, uma vez que há Governos conservadores que, por serem de países altamente desenvolvidos disfarçam mais o seu carácter antitrahadores do que acontece com o Governo PS. A saída de Lopes Cardoso retira-lhe as contradições que ainda tinha. Assim se tornará um pouco mais durável.

Por outro lado o poder militar dá mostras evidentes de conspirar com a direita organizada, o que é bem demonstrado aliás pela benevolência usada na investigação da rede bombista, simultaneamente que demonstra indiferença pela insensatez da prisão de Oteio.

nam adesões dentro dos três ramos das F.A. Mas realmente é importante frisar que aquilo que têm já não é portanto como poder, mais sim como oposição. Curiosa e paradoxal situação para uma corrente que detem a maioria do Conselho da Revolução e que preside à Comissão Constitucional, a qual fica juridicamente acima do próprio Presidente da República.

Mas o Imperialismo tem sabido actuar em Portugal. Estimulou a criação de «instituições» que serviram de engodo a todas as correntes legalistas. E criou sobre elas um vazio, pois que o sentido do aparelho militar não lhes corresponde. O aparelho militar obedece a razões que se situam à direita das instituições. Há um centro à direi-

ta das instituições que comanda muito mais do que elas. É pois ilusório o Poder político que o grupo dos «nove» e toda a corrente moderada representada por eles, possa ter. Não há poder político se não lhe corresponder um poder militar. E a situação surge-nos mais grave ainda se considerarmos que, dentro do Governo, quem poderia representar uma linha Melo Antunes seria muito mais Lopes Cardoso do que os actuais governantes.

A ESCOLHA AINDA É POSSÍVEL

Há pois dois polos de forças dentro do Poder que nos últimos dias se tem acentuado e que é natural que não se venham a esbater. E é visível que a ala representada pelos «nove» não se deixe neste momento dominar. Mas há que estar atento pois que a extrema-direita poderá querer comemorar o «25 de Novembro», com outro «25 de Novembro» desta vez servindo

«os nove» de pretexto. Quem com ferro mata com ferro morre... Mas é também verdade que os «nove» e todos os moderados têm agora uma oportunidade de opção podendo escolher de que lado é que se querem situar. E estarão certos neste momento que para não serem trucidados pelo fascismo ou se lhe tem que opor de uma maneira eficaz ou se terão que tomar fascistas eles próprios. Perante isto a esquerda terá também que saber analisar neste momento as contradições no seio do Poder e não tornar como um todo aquilo que o não é. Considerar a oposição à direita que os «nove» neste momento podem ser é tornar possível um alargar de um leque antifascista que é necessário à acumulação de forças. Não esquecendo no entanto que a luta é não só antifascista como anticapitalista e não esquecendo também a experiência do comportamento de todos os moderados durante estes dois anos.



A OPOSIÇÃO DOS «NOVE»

E é no meio disto que surge a oposição dos «nove» o que vem alterar um pouco a relação de forças nesta situação. O discurso de Melo Antunes na tomada de posse da Comissão Constitucional é o grito de alarme de toda uma corrente que se sente já em riscos de ser amordaçada pelo fascismo. E os ataques e defesas feitos a este discurso determinam a linha da fractura no seio do Poder. A posição de Vasco Lourenço, vindo em defesa de Melo Antunes é sintomática de uma certa unidade retomada por este grupo de militares e que os últimos tempos tinham desfeito. A vista do perigo não têm pelos vistos outra alternativa...

Esta corrente demarca-se assim da extrema direita, com a qual se colou e com a qual fez o «25 de Novembro». Aliás o Imperialismo serviu-se dos «nove» como cabeças políticas (as cabeças militares...) já nessa altura se situavam bem mais à direita do «25 de Novembro» e logo a seguir começou a dar-lhes o destino de objectos usados.

O PODER POLÍTICO E O PODER MILITAR

Hoje que resta aos «nove» do seu anterior poder militar? Perdidas as regiões do Centro e do Sul apenas ficam para Vasco Lourenço o cargo «honoris causa» de governador militar de Lisboa cargo que servirá de teste à sua capacidade de ser ou não camalião das novas forças estabelecidas.

Mas, perdido o poder militar por via da engrenagem que durante todo este ano foi crescendo dentro das Forças Armadas, não se poderá dizer que os meloantonistas, como oposição não te-

Discurso de MELO ANTUNES

o canto do cisne de um projecto?

Na terça-feira da semana passada foi empossada por Ramalho Eanes a Comissão Constitucional, que é presidida por Melo Antunes.

Aqui, Eanes aproveitou para esconjurar de novo os «Poderes paralelos», e anunciou esta comissão como uma prova de que tudo se encaixa bem, sem atritos nem folgas.

Logo a seguir, Melo Antunes interveio numa forma que incomodou muito boa gente que se irrita por constatar que o MFA ainda existe na memória de uns quantos...

Pelo momento político em que se insere, pela composição de direita desta Comissão, este discurso de Melo Antunes surge como um desabafo dum homem ultrapassado e quase reduzido ao silêncio pela direita a que se encostou.

AS PALAVRAS

Depois do discurso burilado de Eanes, onde este se expandia sobre a composição e funcionamento dessa Comissão, para desfazer os equívocos que à volta dela se tem tecido, Melo Antunes começou por considerações técnicas sobre o Órgão a que preside e que afirmou ser de «apoio e consulta» imprescindíveis.

Depois (e aqui começaram as discordâncias) afirmou que a responsabilidade dessa Comissão era de natureza política; que o povo português espera dela «uma estrita fidelidade ao espírito da Constituição portuguesa que a Revolução do 25 de Abril de 1974 tornou possível», e que tinha bastante peso nas decisões do C.R. e na acção do Presidente da República.

Mais adiante, falou no «derube do fascismo pelo acto revolucionário do M.F.A., de 25 de Abril de 1974, logo seguido pelo larguíssimo movimento popular de adesão que nesse mesmo dia se manifestou».

Por fim, «ressuscitou», de facto o C.R.: Atribui-lhe «em última análise,

em derradeira instância e como baluarte final» a defesa do «Estado Democrático».

E, ligou-o de novo, aos «capitães do M.F.A.» e ao 25 de Abril, a «um sonho enorme de libertação».

AS REAÇÕES DA REACÇÃO

Melo Antunes referiu-se desse modo por três vezes ao M.F.A., ao 25 de Abril, aos avanços que daí houveram.

Ora, na nova (a copiar-se da antiga) «ordem democrática», vem sendo hábito dos senhores governantes referirem-se ao 25 de Abril de 1974 apenas como um desvario corrigido pelo 25 de Novembro de 1975.

Mesmo assim não muitas vezes, no sentido de o promoverem ao esquecimento o mais rapidamente possível. Daí, inevitáveis reacções-desses senhores ao atrevimento deste senhor que lhes abriu a porta.

A mais espectacular foi sem dúvida a de Morais e Silva, chefe de Estado-Maior da Força Aérea. Este general queixou-se imediatamente dessa pro-

moção do Conselho da Revolução. Puderá. O C.R. vai sendo praticamente reduzido a uma figura decorativa do Poder.

Um regresso do primeiro plano do C.R. era deminuir a parcela do poder político dos tais militares que dizem não querer ser políticos e que a têm vindo constantemente a aumentar. Mais do que isso, o facto de Melo Antunes sair da sombra e vir fazer uma pernha na dança política faz a direita recear o regresso à cena da força de que ele é um dos expoentes.

Esta é a reacção da direita mais reacçãoária. Até Melo Antunes faz uma denuncia da subida dessa direita na cena política.

A par desta, há outras menos espectaculares, as daqueles que ainda nos governos, daqueles que constam essa escalada à sua direita, mas contestam as teses de Melo Antunes, que segundo eles e como nos tempos de vigência do 25 de Abril, são baseadas na «legalidade Revolucionária».

AS CONTRADIÇÕES DO PODER

O discurso de Melo Antunes e o que daí adveio contrariou frontalmente o discurso de Eanes feito uns minutos antes onde se indicava o clima de serenidade que reinava nas instâncias deste Poder Burguês. Vasco Gonçalves aprova, Morais e Silva condena; P.S., P.P.D. e C.D.S. atacam, por ordem crescente, o P.C. faz de conta que não é nada.

O que prova que o mar não está nada calmo, e que o barco balança cada vez mais para a direita...

e a actualidade nacional

A informação do Poder ou o poder da desinformação

A informação continua a ser um campo decididamente dilecto da burguesia, que através dele actua divulgando a sua versão dos factos ocorridos, como também organiza as chamadas «campanhas de opinião pública» (promovendo determinada figura ou orientação e denegrindo outras) e sobretudo é através dos órgãos de informação que melhor destila a sua ideologia, camuflando verdades e empolando mentiras.

OS JORNAIS

Aproveitando o estado de sítio por ocasião do 25 de Novembro, manteve o actual poder os jornais fechados enquanto decidindo arbitrariamente suspender cerca de centena e meia de jornalistas, operava uma «limpeza» de revolucionários nesses órgãos de comunicação social. Readmitindo reconhecimentos fascistas, saneando todos aqueles que de alguma forma haviam tido a ousadia de dedicar o seu esforço à divulgação das lutas ou condições de vida dos explorados deste País, dividiu o actual poder os órgãos de informação estatizados pelos chamados «grandes partidos». Assim, o «Diário de Notícias» ficou para o PS, o Século para o PPD enquanto o «Diário de Lisboa» era entregue ao PCP e «A Capital» e o «Diário Popular» deveriam apresentar-se com uma imagem de certa independência, relativamente ao governo, e a estes partidos, mas claro que não aos seus interesses de classe.

Assim os interesses partidários do PPD teriam a sua defesa assegurada pelo «Expresso» enquanto que «A Luta» veicularia os do PS, aparecendo depois o «Diário» tentando «encarnear» as massas para posições reformistas. Além destes órgãos de informação, havia que reaver o «República» e fazer desaparecer o «Jornal do Comércio», o que aconteceu, deixando o resto da imprensa privada nas mãos do capital monopolista.

A RÁDIO

Anular o foco que constituía a Rádio, era um pouco mais difícil, mas depressa o poder procedeu também à sua limpeza, recorrendo de igual modo ao controle estreito da sua actividade, para o que foi necessário proceder à sua nacionalização, excepto o caso da Rádio Renascença que com o aparato da legalidade do cumprimento da concordata, deveria ser de novo entregue à Igreja reaccionária.

Contando à partida com a ex-Emissora Nacional, nacionalizando os ex-Emissores Associados e o ex-Rádio Clube Português, estava o poder certo que controlaria cerca de 90 por cento do audítor nacional. De facto assim aconteceu e, mantendo há um ano suspensos os trabalhadores dos noticiários do ex-RCP, a nova empresa pública de Radiodifusão, procedeu igualmente à reintegração de reaccionários que haviam sido afastados e criou um único serviço de notícias para todas estas estações. Deste modo, estendeu a RDP um clima profundamente repressivo a todas as suas dependências, retirando direitos adquiridos pelos trabalhadores, alguns dos

quais ainda no tempo do fascismo, como o uso da cantina para todas as refeições, regalia que ficou limitada apenas aos funcionários excluindo os familiares e restringindo o seu uso aos horários de serviço. Ameaças de suspensões foram feitas a torto e a direito para que ficasse «bem claro» quem é que mandava. Chegou-se mesmo ao cúmulo de se alugar os serviços de uma empresa de carácter policial, a «Securitas» que forneceu «quantidade suficiente» de gorilas para vigiar os trabalhadores pois segundo foi argumentado, desaparecia material dos vários serviços. Devemos recordar que esta empresa emprega no Porto vários agentes da ex-Pide. Quanto aos funcionários que presentemente operam nas instalações da RDP, não apurámos ainda a sua procedência, mas talvez não andem muito longe da sorte dos seus colegas do Porto.

Caluniando a autogestão dos trabalhadores do ex-RCP, a actual administração da RDP, não tem conseguido mais do que uma desastrosa aplicação dos dinheiros (estes agora sim, públicos) vendo-se inclusivamente impedida de efectuar transmissões directas de salas de espectáculos pois vendendo dinheiro em considerável soma a fornecedores estes negam a venda de novos materiais sem a liquidação de anteriores débitos.

Os descontos feitos pelos trabalhadores para a Caixa de Previdência, são dispendidos para outras coisas ascendendo a empresa actualmente a uma dívida de cerca de sete mil contos, a este organismo.

Quando aos programas e à forma de tratamento das notícias é o que se pode ouvir... asneiras atrás de asneiras e os patões bem assim como o poder com todo o tempo de antena, vendo os trabalhadores de todo este país a sua voz impedida no acesso ao microfone.

A TELEVISÃO

Com idênticos saneamentos e suspensões procedeu o poder à limpeza anseada pela burguesia, na Radiotelevisão Portuguesa.

Assim, substituindo todos os lugares de chefia na TV, tanto a administração do 25 de Novembro como a de Tomáz Rosa, velaram para que a população não estragasse a bonita imagem que a televisão deve dar de tudo, mostrando como na Europa social-democrata o fausto das «festas de estúdio», as séries alienantes, as notícias do poder e o desporto que não de massas.

Presentemente mais de duas dezenas de trabalhadores da RTP se vêm lançados no desemprego, apelando a um Ministério do Trabalho que disso não faz caso.



«... onde pretendem dar a imagem da força massiva que nos habituou a ver sob a forma de peça teatral bem cuidada e planeada, desde os fatos dos congressistas até às votações unânimes».

O PC EM CONGRESSO: novas teclas - a mesma música

O P.C. fez um congresso. De lá não saiu nada que não se esperasse. Mas, se é importante ver as novas velhas formas de conciliação com a burguesia que ele se propõe fazer, não é menos importante compreender que condições se abriram para que o P.C. nelas possa jogar.

Posto de rastos nas eleições presidenciais, o P.C. preocupou-se desde logo com as eleições para a sautariquias. Desde então o esforço para recuperar a imagem eleitoral perdida acompanhou toda a sua acção, esforço esse que passou pelo regresso ao «MD/PC/DE», pelos sorrisos à direita e culminou com o seu Congresso, onde pretendeu dar a imagem de força massiva que nos habituou a ver sob a forma de peça teatral bem cuidada e planeada, desde os fatos dos congressistas até às votações unânimes.

REFORÇO ORGÂNICO

As medidas internas de carácter organizativo do P.C.P. correspondem às necessidades que ele sente de se acomodar na actual cena política portuguesa.

Recusado que foi pelo P.S. o namoro que lhe propôs, o P.C. tenta reforçar as estruturas necessárias para que não possa ser ignorado aquando da derrocada final deste Governo.

As escolas e os sindicatos são dois campos onde o P.C. tenta de novo se relançar para se impôr a utilizá-los como trunfos para as habituais negociações de lugarzinhos.

Mas é a nível da acção política mais geral, que esse relançamento se nota mais evidente. Comb e porquê?

DAS PRESIDENCIAIS...

Nas últimas eleições o P.C. comportou-se da única forma que lhe restou: Recusando pelo P.S., posta de parte a hipótese de se colar a um «militar independente» por recusa deste, e atendendo à impossibilidade de apoiar um programa revolucionário que, além de o pôr em xeque perante os sociais-democratas que namorava, originava um processo que o ultrapassaria definitivamente, o PC teve de se encolher para subsistir: enviar o Pato, dividindo os votos dos trabalhadores e facilitando a vitória eleitoral a Eanes para poder ficar à espera de melhores dias...

...ÀS AUTARQUIAS

Agora surgiu de novo a hipótese de recuperar o papel eleitoral que desempenhava. À custa de quem?

Com a direita de novo dividida nos seus partidos o P.C. aparece com uma Frente, fazendo listas onde coloca pessoas que se esforçam por ser o mais «apartidários» que possam, para conquistar votos ao P.S. Tem, neste caso, a ajudá-lo todo este tempo de Governo P.S. que esclareceu os trabalhadores que votaram P.S., e a deficiente organização dos revolucionários para lhes apresentar alternativa possível.

Por outro lado, pensa recuperar votos aos G.S.U.P.

Os G.D.U.P., pelo processo em que nasceram e pelo programa que possuem, só se consolidam, desenvolvem, e ganham cada vez mais massas ao reformismo, se a sua estrutura é aberta, democrática e incentiva a participação e criatividade dessas massas, ao invés do que é a estrutura do P.C.: fechada, centralista, de controleirismo e que premeia o tafetismo.

Se o P.C., que há cinco meses perdeu largas camadas de trabalhadores que apoiaram um projecto revolucionário, recuperar agora esse apoio, deve-o a duas entidades:

• Ao Poder actual, que silencia Oteló;
• As forças políticas (principalmente a U.D.P.) que dentro dos G.D.U.P., usam os métodos do P.C., crendo, na sua cegueira mística, que com dez vezes menos militantes poder criar em seis meses uma estrutura igual à que o PC consolidou durante décadas. É lógico que essa estrutura é a única em que essas forças sobrevivem; mas também é evidente que não serve os trabalhadores nem o seu trabalho de organização.

«A MAIORIA DE ESQUERDA»

De resto, o Congresso foi, além da demonstração de força que pretendia ser, um repisar dos slogans já tantas vezes ditos: Ou fascismo ou Governo P.S.-P.C. (com ou sem independentes pelo meio).

Quando o P.S. desliza cada vez mais para a direita, porque o capitalismo neste país só se mantém pela violência, propor um governo de «amplas liberdades» burguesas rumo ao capitalismo de Estado soa inviável para toda a gente; mas o P.C.P. só pode sobreviver tal como é em determinadas condições históricas; E gritará sempre por elas, como um peixe num rio que seca...

OTELO SAIU DA PRISÃO

Festa em Oeiras

Na sexta-feira de manhã Otelu saiu da prisão. Bastante cedo os seus carcereiros se encarregaram de o pôr cá fora para evitarem o contacto com as dezenas de pessoas que o esperavam à hora anteriormente anunciada.

Depois, no domingo, em Oeiras, localidade onde Otelu reside, houve uma festa onde milhares de pessoas manifestaram o seu contentamento por ele se encontrar de novo entre nós, e o seu repúdio pela continuação do seu silêncio imposto pelo actual poder ao abrigo do RDM fascista.

Comprada com a grande manifestação do dia 31 do mês passado, onde se exigiu, em Caxias a liberdade para Otelu, não havia dúvida que desta vez compareceu a pequena-burguesia que aquando dessa grande manifestação ficou em casa com medo do «massacre» que não iria logicamente haver. Mas, ali, em Oeiras estava no seu ambiente; o de cantar a Revolução em vez de a procurar fazer...

Contudo era grande a massa proletária que aí compareceu, e que se dirigiu rapidamente para o largo ao lado da casa de Otelu, logo que o advogado deste, dr. Salema, anunciou na festa que Otelu aí não compareceria para evitar nova e maior reclusão...

Junto à casa dele, a multidão mostrou-lhe vibrantemente o seu entusiasmo e apoio, que Otelu agradeceu e retribuiu, por intermédio de Salema, por não poder falar em público. «Liberdade total para Otelu já» foi uma das palavras de ordem mais insistentemente gritadas.

Antes, na festa, depois das acções musicais, intervieram Mariana e Amadeu Lopes Sabino, da lista dos

GDUP de Oeiras, que salientaram o significado das limitações impostas à liberdade de Otelu, enquanto os fascistas andam à solta, e referiram a necessidade de uma votação nas listas de Unidade Popular para as Autarquias.

DESMOBILIZAÇÃO? — PORQUÊ?

O facto de acorrerem mais trabalhadores à anterior jornada de luta do que a esta festa faz tirar, entre outras as seguintes conclusões:

Os trabalhadores distinguem bem esses dois tipos de manifestação sentindo claramente a necessidade da primeira e sabendo de antemão o aproveitamento e esvaziamento político que os profissionais das festas fazem delas.

Que o ridículo esforço de conter e acameirar os milhares de trabalhadores que só queriam ir, até onde sabiam poder ir, feito pela UDP na manifestação do dia 31, passando assim um atestado de irresponsabilidade a esses trabalhadores, traduziu-se na desmobilização de muitos deles.

Saída de Otelu

Depois de Otelu estar preso injustificadamente em Caxias durante vinte dias, a cumprir uma pena emanada do Estado-Maior do Exército, foi outra vez posto na sua condição de liberdade provisória, com residência fixa.

E assim a 12 de Novembro/76, quando ainda mal tinha acordado fomos esperar à porta de Caxias o general do Povo.

Quando chegámos, já lá se encontravam alguns fotógrafos. Decidimos ir perguntar a um dos guardas para que horas estava prevista a saída de Otelu, ao que este nos respondeu que tinha a impressão de que ele já tinha saído, mas que no entanto ia confirmar com um colega dele.

Ao regressar disse-nos com um ar risonho que «o carro da casa já o tinha ido levar a casa» (como se Caxias fosse uma casa).

Desconfiados, ficámos um pouco indecisos quanto ao que havíamos de fazer. Imediatamente um dos presentes decidiu ir a casa de Otelu confirmar a notícia.

Passado algum tempo confirmou-se que na realidade Otelu já se encontrava em sua casa.

Conclusão: Só para que os fotógrafos não pudessem registar a sua libertação os senhores de Caxias tinham decidido libertá-lo com uma antecipação de 3 horas.

Imediatamente fomos a casa dele tentar fazer umas fotografias e cumprimentá-lo, mas foi-nos impossível, pois a mulher dele disse-nos que o que seria importante naquele dia, era estarmos à porta do Estado-Maior do Exército para aí fazermos umas foto-



MORADORES POBRES — MANIFESTAÇÃO CONTRA A DISSOLUÇÃO DO SAAL

No sábado, passado milhares de moradores pobres integrados em dezenas das suas Associações realizaram uma manifestação exigindo a revogação do despacho que este Governo produziu para dissolver o processo SAAL.

A manifestação partiu do Terreiro do Paço, e dirigiu-se ao Ministério da Habitação Urbanismo e Construção que se encontrava, claro, isolado pelas barreiras policiais de ambos os lados da rua.

Aí, num curto comício foi constituída uma comissão para ir falar com o sr. ministro, que tinha sido avisado disso com 48 horas de antecedência. Porém, no prédio só se encontrava o porteiro.

O ministro mostrou assim mais uma vez o seu desprezo pelos problemas dos trabalhadores (o que, aliás, é uma norma dos da sua classe).

Entretanto falaram representantes de várias Associações de Moradores que manifestaram o seu apoio ao processo SAAL, e salientaram a necessidade de continuação da justa luta dos Moradores por uma habitação digna.

Por fim, os moradores aprovaram uma moção em que exigem ser recebidos pelo Primeiro-Ministro e repudiado a atitude do ministro da Habitação, que se furtou ao diálogo com os trabalhadores.

Esta luta contra um dos aspectos da política reaccionária deste Governo, que pretende reencher os bolsos dos senhores à custa das habitações miseráveis para onde são atirados os trabalhadores.



nos quartéis

O FASCISMO NAS FORÇAS ARMADAS

Até ao 25 de Novembro de 1975 não faltaram bocas e canetas a propagandear a «originalidade» do processo revolucionário português iniciado no 25 de Abril. Para tais bocas e canetas a pretendida «originalidade» residia no papel de «vanguarda» desempenhado pelo M.F.A. em particular e pelas Forças Armadas em geral.

Esta patacuada política era logo posta por terra quando se interrogava como é que uma organização de oficiais poderia ser a vanguarda de um processo revolucionário? Na verdade o M.F.A. não poderia ser vanguarda de coisa nenhuma, a não ser da Revolução burguesa. Além desta outra grande pantumínice se semeava, ao falar-se na sagrada «unidade» das Forças Armadas. Com estas atoardas se escondia uma verdade inevitável: tal como na fábrica, no campo e na escola também no quartel a luta de classes se faz sentir. Tal como na fábrica no campo e na escola, há burgueses e há trabalhadores, também no quartel há oficiais e há soldados. Tal como na fábrica, no campo e na escola e postos intermediários, também no quartel há sargentos. Tal como na fábrica no campo e na escola também no quartel há reacconários e revolucionários. Enfim tal como na fábrica no campo e na escola há alguns homens de condição social burguesa que assumem posições revolucionárias e trabalhadores que traem a sua classe também no quartel há oficiais progressistas e soldados reacconários. Uma coisa porém é um oficial ser progressista (o que é preferentemente possível) outra coisa é pretender-se que a classe dos oficiais seja progressista (o que é perfeitamente impossível em qualquer sociedade burguesa) da mesma maneira, aliás, que o facto de haver homens de origem burguesa que são revolucionários não invalida que a burguesia seja infalivelmente reacconária.

O primeiro aviso concreto de que a oficialagem era reacconária veio do 28 de Setembro. O segundo grande sinal foi o 11 de Março. O terceiro e definitivamente esclarecedor deu-o o 25 de Novembro, data em que caíram por terra muitas das ilusões em que viviam milhares de militantes e centenas e centenas de milhar de trabalhadores os quais na expectativa de verem avançar os militares progressistas contra o golpe reacconário, viram apenas a reacção nas ruas. Afinal onde esteve a tão apregoadá vanguarda?

Durante muito e muito tempo o P.R.P. foi acusado de esquerdista pelo

facto de sempre ter chamado a atenção para esta burla argumentando os burlistas que com isto o P.R.P. pretendia dividir as Forças Armadas. Partidos que se auto-proclamavam dos trabalhadores escondiam assim esta verdade tão simples: não é a denúncia do facto que o origina. O facto existe e a partir daí escondê-lo é contra-revolucionário. Hoje porém, passado o 25 de Novembro, a reconstituição do Conselho da Revolução, as eleições para a Presidência da República, os famosos inquéritos os saneamentos à esquerda e as reintegrações à direita as coisas tomam-se mais claras. Mas eis que para desgosto dos conciliadores pseudo-revolucionários, e das próprias Forças Armadas que vêm as «bocas» os ataques abertos a outros membros das F.A., as denúncias, os avisos, os alertas.

Pires Veloso e Moraes e Silva de um lado e Melo Antunes e Salgueiro Maia por outro lado, são apenas quatro nomes que fazem estalar publicamente um profundo clima de divisão e disputa que há muito se sabia existir e que envolve as Forças Armadas no seu conjunto. A unidade foi-se... Pude-ra...

E se há alguma novidade quando o caso Salgueiro Maia origina a denúncia pública da preparação de um novo 28 de Maio, essa novidade e reside apenas no facto da fonte ser militar. É caso para se dizer que ainda bem que, depois de tanta cabeçada há oficiais que aprendem finalmente a utilizar a linguagem da verdade.

Traíçoira mas inteligente, a direita aproveitou-se do anticomunismo primário dos Melos Antunes e Salgueiros Maiais, dos Sousas e Castros e dos Vascos Lourenços, para chegar ao poleiro. E logo que lá chegou toca de procurar varrer a casa correndo com aqueles que a tinham levado aos gabinetes do poder. Naturalmente estes procuraram defender-se e parece terem precebido que a luta de classes não se resolve à volta das secretárias, porque esta guerra diz respeito a todos e envolve sobretudo classes trabalhadoras e burguesia.

Está em preparação um golpe fascista. Esta é uma verdade, hoje indis-



Serão estes homens que aceitam a disciplina fascizante, que irão impor o fascismo no nosso país?

cutível e que tantas vezes temos denunciado, contra tudo e contra todos. Afinal o P.R.P. sempre tinha razão. Resta agora saber se finalmente se concluiu que o P.R.P. tinha razão quando chamava a atenção para o facto de ser imprescindível que os revolucionários e os trabalhadores se preparassem para opor à violência reacconária a violência revolucionária. Porque não há Constituição nem sindicato, nem comissão de trabalhadores, nem comissão de moradores nem partido algum que possa fazer frente aos canhões com as mãos a abanar.

Se é verdade que é aventureirismo pretender que a violência revolucionária não seja enquadrada politicamente e estreitamente ligada ao trabalho e à organização de massas, tam-

bém é verdade que a mais triste das aventuras é tentar enfrentar o inimigo de mãos vazias. O Chile que fique como exemplo.

Uma gangrena não se cura com pensos rápidos ou papas de linhaça. Aqueles que apregoam que a violência revolucionária é aventureirismo não são revolucionários, mas curandeiros da Revolução.

A burguesia prepara-se para desfilar um golpe fascista e fá-lo cada vez mais abertamente. Esta é a realidade que exige que os revolucionários e os trabalhadores têm que ter em conta, e é em torno de uma alternativa revolucionária que urge construir a unidade revolucionária indispensável. Depressa e bem enquanto Enanes escolhe para que lado há-de cair...

CICAP/RASP

- a luta de há um ano
- a absolvição de um militar revolucionário

após troca de palavras com o camara da unidade, dão 5 minutos para os manifestantes, junto dos muros do RASP os do PPD desmobilizarem. Após este tempo lançaram 4 granadas lacrimogêneas tendo uma caído dentro do quartel.

Segue-se um período de confusão e logo após começam 2 ou 3 minutos de tiroteio que terminou com a fuga das tropas chegadas, por ordem do QG.

O PROCESSO

Passados todos estes meses, o inquérito levado para a frente por Pires Veloso aos acontecimentos e à actividade dos soldados neles envolvidos, Eanes, no sentido de se destruírem os poderes paralelos, tenta culpar, por uma série de argumentos fantasiosos, alguns soldados e milicianos que tomaram parte activa nos acontecimentos do CICAP/RASP.

Disso é exemplo o levantar dum processo ao aspirante Teixeira Marques, inculcando-o de ter saído do quartel, comandando uma força de 50 soldados sem autorização do seu comandante.

O julgamento que se deu a semana passada, no Tribunal Militar, pretendia fazê-lo inculpar ainda, no facto de ter mandado sair os «sherman» sem autorização, o que se se viesse a «provar» lhe valeria cerca de 6 anos de presidio.

No decorrer do julgamento, tirou-se a impressão de que o tribunal e o promotor da justiça, perfeitas «marionetes» da clique reacçãoária militar comandada pelo cacique dos revolucionários no Norte, Pires Veloso, pretendiam, tendenciosamente, fazer com que as testemunhas afirmassem o que

não o podiam objectivamente afirmar e ao mesmo tempo lançar nas suas intervenções, toda uma série de nojentos ataques fascistóides ao período que se viveu antes do golpe perpetuado pela burguesia, a 25 de Novembro, contra a organização dos trabalhadores mais concretamente sobre a organização dos soldados, rotulando de «bandos» as Comissões de Luta que organizadamente se criaram em muitos quartéis.

Mas o que aconteceu foi que o tiro saiu-lhe pela culatra.

Todas as intervenções não conseguiram provar aquilo de que o aspirante Teixeira Marques era de princípio inculcado e os senhores da tão cega que segura espada da justiça burguesa, viram-se na contingência de o absolver.

Mas as conclusões que daqui se tiram são outras e já, começam a ser conhecidas dos trabalhadores: o que os senhores do poder, Eanes, Soares, Cardia, etc., pretendem agora, é segurar o «tacho», já que existem outros senhores, os Velosos, os Carlucci, etc. que pretendem pô-los a andar e tomar de assalto o Poder.

Mas as conclusões que disto se tiram, têm de necessariamente ser outras.

O que se concluiu é que até existem poderes paralelos, e que o Veloso se «marimba» para o Eanes e a sua «liberdade» e «segurança», porque ele, Veloso, pretende os velhos tempos da dominação feudalista, da exploração desenfreada e da repressão sangrenta, sobre os trabalhadores e para lá chegar precisa de pontualmente ir atingindo direitaistas e revolucionários, até que chegue a altura em que por aval do seu amigo Carlucci se instale no Poder com mais alguns dos seus amigos de «luta».

No dia 5 de Outubro de 1975, os SUV, Soldados Unidos Vencerão, convocam para esse dia uma manifestação de protesto contra a ocupação por parte de tropas do QG, que em consequência da luta lá desenrolada, pelos soldados, contra o saneamento compulsivo de 5 soldados e 2 milicianos progressistas, é invadida, de noite, por ordem de Pires Veloso, para impedir a «anarquização» da hierarquia de comando.

Era o começo dum processo que, hoje, 13 meses depois, continua a ter repercussão.

Nos dias anteriores, tinham sido já bastante intensas as escaramuças entre manifestantes que se concentravam nas imediações do CICAP, para repudiar tal manifestação repressiva ao direito de reunião dos Soldados e as tropas que tinham invadido a unidade expulsam os soldados em luta.

Da acção conjugada destas forças e da Polícia de Choque, resultaram alguns feridos, um dos quais à bala.

Antevia-se portanto, para esse dia uma grande jornada de luta.

A manifestação, uma das maiores realizadas até hoje no Porto, levava à cabeça, cerca de 2000 soldados fardados e no seu auge, perto de 880 mil pessoas, que percorreram as principais artérias até chegarem junto do portão do CICAP aonde se travou um diálogo entre os soldados que tinham sido desalojados e os que lá dentro obedeciam às ordens do agora «patrono dos bombistas», para que os soldados invasores pudessem abrir as portas aos outros, que cá fora sentados no meio da rua, com milhares de pessoas à sua volta, pretendiam fazer valer as suas posições e demonstrar aos ocupantes o seu erro ao atentarem contra os seus irmãos de classe.

Porém tal não foi conseguido. De imediato, os soldados em luta na necessidade de enveredarem por outras formas de luta.

Resolveram avançar em direcção ao RASP com o intuito de aí se organizarem e passarem a outras formas de reivindicação.

O que é conseguido, tendo os soldados presentes na manifestação entrado para o quartel, principiando logo

um plenário com todos os presentes.

Cá fora os restantes manifestantes acomodaram-se da melhor forma possível para passarem a noite junto dos muros do «quartel vermelho».

No dia seguinte, tomou-se conhecimento dum manifestação do PPD que atravessando a ponte em direcção ao quartel, pretendiam «arrancar a bandeira vermelha do RASP», que flutuava desde o início da luta perto da porta de armas.

A manifestação do PPD que foi o resultado dum estudada provocação aos soldados do CICAP/RASP para se poder dar uma intervenção militar na unidade, não teve os efeitos desejados, na altura, já que os manifestantes de apoio à justa luta dos soldados não desmobilizaram e deram luta cerrada aos fascistas, o que logo de entrada provocou um confronto do qual resultaram alguns feridos.

É pois, durante este confronto que o plenário da unidade decide que saiam 50 soldados voluntários de dentro do RASP e que desarmados se interporiam entre os manifestantes, para tentarem com a sua acção terminar o clima de violência que na altura já se encontrava muito aceso.

Porém, a confrontação prosseguiu, sendo alguns dos soldados feridos à pedrada e à navalhada, por fascistas; sem conseguirem dominar a situação, os soldados regressaram ao quartel, de onde algum tempo depois saíram dois auto-obuses «Sherman» que fazem correr os fascistas e terminar a confrontação.

Pouco depois chegam tropas da PM e do BAAF de Leixões que tomam posições frente aos «Sherman» e



Pires Veloso, o homem que há um ano mandou invadir o CIAP/RASP para acabar com a «anarquização» do comando.

dos trabalhadores

TÊXTEIS

GADOR Apoio militante um passo grande para a vitória

Devido à solidariedade operária, as operárias da «Gador» vêm a vitória, da sua justa luta pelo direito ao trabalho e pelo direito aos salários, cada vez mais perto!

Enquanto cerca de 300.000 trabalhadores do sector têxtil lutam afinadamente pelo C. C. T. único e vertical, os 180 trabalhadores da «Gador», encetam outra luta, mas estão conscientes que quer a luta do sector têxtil, quer a luta da «Gador» são iguais à de todos os explorados deste País, ou seja o derrube do capitalismo e a instauração duma sociedade verdadeiramente socialista.

As lutas surgidas nesta sociedade podre, já não vão de «remendos» ou «paninhos quentes».

Quer a luta pelo direito ao trabalho, quer a luta pelo direito à habitação, quer a luta contra a carestia de vida, quer a luta pela total liberdade de Otelos, etc., etc. não sairá vitoriosa se não pusermos claramente a questão da tomada do poder pelos trabalhadores!

Como diz uma operária da «Gador»: «A nossa luta pelo direito ao trabalho, passa pela reconversão do sector têxtil, mas para haver reconversão teremos que estar no Poder! A reconversão nunca será feita quer numa social-democracia, quer num fascismo, quer num capitalismo de Estado!»

Ao fim de quatro semanas de paralização, as operárias da «Gador» decidem em plenário, encetar novas formas de luta.

Ao fazer quatro semanas de paralização, decidem retomar de novo o trabalho, atendendo a diversas factores como sejam:

— A grande solidariedade operária; o parecer favorável do IAPMEI e da Sec. Estado de Emprego, sobre o pedido do subsídio reembolsável para os salários em atraso (mais de 3 meses), baseados no salário mínimo nacional, como é narrado no comunicado tornado público, de 8/11/76.

Mas atenção! Os trabalhadores da «Gador», dizem claramente que vão retomar o trabalho, atendendo ao acima exposto, mas alertam todos os trabalhadores e os responsáveis deste país, que se o subsídio não vier no prazo máximo de 3 semanas tomarão novas formas de luta mais radicais, responsabilizando o Governo, pelo que daí possa surgir.

Entretanto, na véspera de retomarem o trabalho, a maioria dos trabalhadores concentraram-se no Governo Civil do Porto, para informarem o Governo, através do seu representante no Porto, das resoluções tomadas e responsabilizar o Governo, se não for cumprido o acima citado. No Governo Civil, foram recebidos três trabalhadores do Conselho de Trabalhadores e um dirigente sindical do vestuário, pelo vice-governador e qual prometeu pressionar a Secretaria de Estado de Emprego, para vir o tal subsídio, no prazo exigido pelos trabalhadores!

É importante dizer que os trabalhadores já receberam cartas insultuosas, como seja os comunicados dos fascistas da Frente Patriótica Portuguesa e da Liga dos Patriotas Presos (este último afirma que os bombistas são patriotas e lutam pela expulsão dos comunistas!), com acréscimos à mão, que só vem demonstrar que os

trabalhadores da «GADOR», estão no caminho certo. Também foram recebidas cartas anónimas (apelo à consciências dos trabalhadores da «Gador»), que as operárias não têm dúvidas nenhuma, que foram enviadas pelos 10 trabalhadores (?), que não aderiram à paralização (7 empregados de escritório, o chefe do armazém, o encarregado geral e o chefe do corte), por proposta do Sindicato (?) dos Emp. de Escritório, pois as cartas foram dirigidas para casa de cada trabalhador, e só no escritório, é que têm o ficheiro das moradas e numa reunião deste Sindicato, foi apresentada a sugestão desta carta por um dirigente sindical, e ainda esteve além desses 10, um trabalhador do escritório, que faz parte do Conselho de Trabalhadores e foi acusado de «Messias do Proletariado» (como diz a carta) e outras coisas mais!

Com esta nova forma de luta, os trabalhadores têm consciência, que só os vem mobilizar ainda mais e que a solidariedade operária os veio ajudar muito a continuar! Apela para que o apoio militante não pare, pois pensam que se daqui a três semanas o subsídio não vier, terão que encetar formas de luta mais radicais e que precisarão do apoio e solidariedade de muitos mais trabalhadores!

No que respeita a apoio monetário, das listas de solidariedade que correm em diversas fábricas, já foram distribuídos, a 140 operários, 500\$00 a cada, o que já deu, para algumas operárias que estavam em casas e que não tinham dinheiro para transportes, irem para a fábrica, para continuarem a luta.

Os trabalhadores da «Gador», apelam aos camaradas que ainda têm listas, para as enviar com a máxima urgência!

No plenário do dia 8/11/76, os trabalhadores aprovaram por maioria, uma moção de protesto, contra os despedimentos dos camaradas Manuel Lopes e Rosas. Foram também enviadas moções de apoio às camaradas da «Maconde» e às camaradas da «Coronado», o qual transcrevemos:

MOÇÃO

Os trabalhadores da Gador — Importação e Exportação, Lda., Fábrica Têxtil e Confecções, sita na Rua Luis Cruz, 236 — Porto, empenhados na mesma luta, e sendo vítimas da mesma exploração capitalista manifestam a mais ampla solidariedade aos trabalhadores da Maconde pela justa luta que travam actualmente.

Viva a solidariedade operária
Unidos e Organizados Vencemos!



Contra o despedimento de MANUEL LOPES e ANTÔNIO ROSAS

Realizou-se na 4.ª feira uma manifestação dos trabalhadores dos têxteis contra a tentativa de despedimento de dois dirigentes sindicais.

A concentração começou na praça do Chile pelas 18,30 e em seguida os trabalhadores deslocaram-se em direcção ao Ministério do Trabalho, onde eram aguardados pelos já habituais gradeamentos de ferro com a Polícia por de trás.

Ai num curto Comício, começou por falar o presidente do sindicato dos têxteis de Guimarães que referiu a «cortina de ferro ali na praça de Londres» pondo, de um lado os trabalhadores e do outro o ministro. Informando que os trabalhadores têxteis da sua zona ganham 4.200\$00 por mês «aconselhou» o sr. ministro que «está num gabinete com ar condicionado, a vir trabalhar um mês para a fábrica» para tomar contacto com as condições de trabalho desses trabalhadores.

Considerou ainda que o actual ministro do trabalho só foi antifascista conseqüente quando, antes do 25 de Abril era um simples funcionário do sindicato do Comércio». Entrevieram a seguir um elemento do Secretariado da Intersindical e um trabalhador da Castanheira de Pera que a dado passo perguntou aos manifestantes donde viria a força dada ao patronato para despedir trabalhadores, ao que a resposta unanime foi: DO GOVERNO DA CIA.

Falou depois um trabalhador da

firma Henriques. Ao fazer referência ao espancamento por parte da PSP de que foi vítima uma delegada sindical da Maconde, um longo assobio em direcção aos quadros do Poder saiu de todas as bocas.

Depois de lidas duas moções, uma de apoio à manifestação e outra proposta pelo sindicato dos trabalhadores dos têxteis do sul, moção essa a ser enviada por uma delegação ao sr. ministro depois da manifestação, falou por último um dos visados pela repressão patronal, Manuel Lopes que denunciou o avanço das forças fascistas e da cobertura que o Governo lhes dá.

Manuel Lopes é trabalhador da firma Manuel Lopes Henriques e Filho Lda, e é membro do secretariado da Federação dos têxteis e presidente da direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul.

O outro despedido, António Rosas trabalhador da mesma empresa, é membro do secretariado da Intersindical e presidente da Assembleia Geral dos Têxteis do Sul.



TRABALHADORES DOMÉSTICOS

"Temos sido, e continuamos a ser, dos trabalhadores mais explorados nesta sociedade selvagem"

Realizaram-se no passado domingo as eleições para os corpos gerentes do sindicato do serviço doméstico. Concorreu apenas uma lista denominada «por um sindicalismo revolucionário», dela fazendo parte alguns elementos da anterior direcção.

«Revolução», aproveitado o início de uma nova fase na luta que as trabalhadoras domésticas travam pelo fim da exploração capitalista, deslocou-se à sede do sindicato no intuito de entrevistar um elemento da nova direcção.

Começou essa trabalhadora por nos dizer:

«O Sindicato do Serviço Doméstico, é um sindicato jovem com apenas dois anos de existência. A luta dos trabalhadores domésticos é a luta de todos os trabalhadores, desde sempre, contra a exploração e a miséria.

Talvez nem todos saibam as condições em que nós vivemos. Sendo trabalhadores temos todos os deveres a cumprir, mas não temos nenhum direito. Será isso justo? Vejamos:

— não temos horário de trabalho, obrigando-nos os patrões muitas vezes a levantar a qualquer hora da noite para trabalharmos.

— não temos nenhum dia de descanso

— não temos férias

— o salário normalmente é uma miséria

— não temos qualquer segurança contra o desemprego, e não nos esqueçamos que para nós o desemprego também significa o despejo, pois quando somos despedidas ficamos sem salário e sem casa onde viver.

Por tudo isto, e porque não podíamos aguentar mais tempo as condições miseráveis em que vivemos, resolvemos encetar a nossa luta pelos direitos humanos que a dignidade humana exige.»

R. — Quais são portanto os vossos pontos concretos de luta?

T. — A nossa luta dirige-se sobretudo no sentido da publicação imediata da regulamentação colectiva de trabalho para o serviço doméstico.

Dessa regulamentação constam:

— proibição de despedimentos sem justa causa

— horário semanal de 45 horas

— descanso semanal ao domingo e mais meio-dia

— feriados

— um mês de férias e subsídio de férias

13.^o mês

— salário mínimo nacional

— prevalência com regalias iguais aos outros trabalhadores

— pela protecção no desemprego

— pela igualdade com todos os outros trabalhadores

— pelo respeito da nossa dignidade de pessoas humanas

R. Podem fazer um pequeno resumo das lutas travadas pelo cumprimento da vossa regulamentação colectiva

de trabalho, assim como a forma como se processaram as eleições de domingo último?

T. — Sim. Pouco depois da formação do nosso sindicato elaborámos em assembleia geral o projecto de regulamentação colectiva. A partir daí (final de 1974) tem sido uma luta constante que temos travado, que nos tem custado enormes sacrifícios, mas da qual não abdicamos, porque temos a razão do nosso lado. Do primeiro ao actual governo todos têm sido unânimes em fazerem o jogo dos patrões, recusando-se a resolver os nossos problemas.

Ainda durante a vigência do VI Governo foi solicitada a indicação «urgente» de um nosso representante para fazer parte de uma comissão técnica para o estudo da remuneração do trabalho doméstico. Pois passados três meses da data do pedido, ainda o nosso representante não tinha sido convocado para qualquer reunião!

E tem sido sempre assim, fazendo promessas que não cumprem, que os governantes nos têm tratado. Nós não poderíamos ficar indiferentes, e foi assim que resolvemos manifestar-nos frente ao Ministério do Trabalho nos dias 7 de Março e Junho deste ano. Desta vez resolveram que a lei sairá até 15 do corrente. No entanto temos de estar todas atentas, pois se a lei que sair não defender os nossos interesses teremos de a contestar duramente. Não estamos dispostas a ser enganadas pelos patrões que estão no governo.

Quanto às eleições de domingo passado, elas decorreram bastante bem. As trabalhadoras domésticas vêm progressivamente tomando consciência da sua luta, e, as últimas eleições são disso prova. No entanto sabemos que a participação que nós desejariamos ainda está longe de ser obtida, pelo que teremos de redobrar de esforços no sentido do alargamento da consciência de classe a todos os trabalhadores domésticos.

R. — A que é que atribuem essa falta de participação dos trabalhadores domésticos?

T. — Acreditamos que essa falta de mobilização é devida a vários factores. Sabemos, por exemplo, que já têm havido casos de trabalhadoras que foram lançadas para o desemprego unicamente por pretenderem participar na vida associativa do nosso sin-

dicato. Os patrões têm tentado tudo para sabotar a nossa luta, quer de uma forma directa, quer indirectamente, através de trabalhadoras vendidas ao patronato e que se têm tentado infiltrar no sindicato para destruir todo o trabalho de consciencialização que há tanto tempo levamos a cabo, e que nos tem custado tantos sacrifícios. Por outro lado, além deste género de manobras de divisão dos trabalhadores, que culminaram com a criação de um sindicato paralelo, não nos podemos esquecer das condições em que as trabalhadoras domésticas são obrigadas a viver. Grande parte delas não têm sequer conhecimento da existência do sindicato, nem da luta que vimos travando pelos nossos direitos. É uma batalha que temos de levar por diante contra o isolamento a que as trabalhadoras estão sujeitas, divulgando largamente os pontos concretos da nossa luta, para que da união de interesses de todas as empregadas domésticas emulheres-a-dias, nascia a organização capaz de vencer todas as manobras divisionistas e impôr o cumprimento dos nossos direitos.

É um pouco nesta perspectiva que temos editado um boletim informativo, que pretendíamos que fosse mensal. Mas isso só é possível com a participação de todas as associadas, quer escrevendo, quer distribuindo mas sobretudo divulgando, de todas as formas, o nosso boletim, fomentando assim a necessária união e organização dos trabalhadores domésticos.

R. — Há pouco falou de um sindicato paralelo ao vosso. Podiam referir-se mais concretamente a ele, relacionando-o com as manobras divisionistas dos patrões?

T. — Sem dúvida. Esse denominado «Sindicato Livre das Empregadas Domésticas» não é mais que um sindicato fantoche que apenas visa a sabotagem de qualquer processo de luta que tenha por fim a defesa dos nossos legítimos direitos. Assim se integrando na vasta manobra (de que o governo dá cobertura) a que os patrões nos querem sujeitar, para que continuemos a ser exploradas e humilhadas como sempre fomos. E senão vejamos: Como é que esse sindicato pode defender os interesses dos trabalhadores explorados do serviço doméstico, se a sua presidente é assistente social e fez parte de mesas do Partido Liberal (ou Fascista, como se queira)? Que interesses defende, na verdade, quando calunia e boicota a nossa manifestação de 7 de Junho deste ano, tentando dividir os trabalhadores para melhor os submeter?

Felizmente que as empregadas domésticas têm compreendido que a sua luta é só uma: a dos explorados e oprimidos pela sociedade socialista. É nesta perspectiva que se integra o trabalho que o Sindicato do Serviço Doméstico tem desenvolvido ao longo de dois anos.

R. — Lutando pela sociedade socialista e portanto pelo fim do capitalismo, lutam efectivamente pela extinção da vossa classe profissional. Quais as medidas práticas que têm levado por diante no sentido da vossa reconversão após o derrube do capitalismo?

T. — Na verdade, temos perfeita consciência que o nosso trabalho existe, apenas, porque os parasitas dos capitalistas também existem. Temos sido, e continuamos a ser, dos trabalhadores mais explorados nesta sociedade selvagem. Quantas de nós trabalhamos desde os oito anos, em vez de ir aprender a ler e a escrever, porque as nossas famílias precisavam do pouco que nós ganhamos. E assim, somos lançadas numa profissão em que nos vimos obrigadas a fazer tudo o que os parasitas querem, sem termos um único direito.

A nossa luta não é, portanto, somente reivindicativa, na medida em que o nosso trabalho apenas serve a burguesia. Conduzindo a luta contra a burguesia, temos também de nos preparar para nos integramos na nova sociedade socialista, que só os trabalhadores serão capazes de erguer. E neste sentido que temos vindo a realizar cursos de alfabetização, a formar lares e refeitórios populares abertos a todos os trabalhadores, e a abrir brevemente creches (Lisboa e Porto), para que essa reconversão seja possível e rápida.

R. — Qual é a vossa posição em relação ao movimento sindical, e, concretamente quanto ao próximo congresso dos sindicatos?

T. — O nosso sindicato encontra-se filiado na Intersindical, como central única dos trabalhadores. Essa adesão correspondeu ao desejo manifestado pelos trabalhadores domésticos no sentido de lutarem unidos e organizados com todos os outros trabalhadores, na defesa dos nossos direitos. Como tal, defendemos a unicidade sindical, como conquista de todos os trabalhadores contra o divisionismo e pela unidade efectiva daqueles que trabalham. Mas não temos ilusão de que a defesa dos interesses da classe trabalhadora passa necessariamente pelo controlo efectivo que esses mesmos trabalhadores terão de exercer nas suas organizações, desde os sindicatos à Intersindical. É por isso que queremos que o nosso sindicato seja permanentemente controlado de forma democrática pelos trabalhadores domésticos, que defenda os nossos direitos e jamais sirva o patronato, o governo ou os partidos. Dai, que também exijamos que a Intersindical como central única dos trabalhadores, apoie na prática as aspirações e os direitos de 100 mil trabalhadoras que lutam pela sua libertação ao lado de todos os trabalhadores.

Em relação ao próximo congresso dos sindicatos participaremos nele defendendo estes princípios e jamais traíndo a luta dos trabalhadores.



dos trabalhadores

OGMA

O despedimento da Comissão de Trabalhadores

A comissão de trabalhadores da OGMA, decidiu no passado dia 15 de Outubro convocar um plenário para se discutir alguns directivos publicados pela direcção, que dizem nomeadamente respeito à regulamentação das ausências ao serviço e às partes de doente.

Para o efeito a C.T. cumpriu as formalidades necessárias, nomeadamente enviou uma carta ao CEMFA. No dia seguinte o director foi contactado para saber-se a resposta, e que resposta, ou antes provocação: «Não entreguei a carta por entender que as razões apresentadas não justificavam a realização de um plenário».

Mas só no próprio dia do plenário, é que o director decidiu proibir a sua realização.

Perante esta situação a CT decidiu consultar os trabalhadores, tendo estes decidido efectuar o plenário que teve a presença da maioria dos trabalhadores presentes na fábrica, que assim demonstraram estar dispostos a lutar na defesa dos seus inalienáveis direitos.

Nesse plenário os trabalhadores ratificaram a posição da CT repudiando as directivas e avançando formas de luta se a direcção viesse a tomar medidas repressivas face à posição dos trabalhadores.

A 17 de Outubro, (domingo?) o director suspende os elementos componentes da CT por infração dos n.ºs 1 e 4 do artigo 4.º do RDM, e é instaurado um inquérito elaborado por uma comissão militar. Nesse mesmo dia, a dita comissão decide a dissolução da CT, e acrescentando em comunicado, que os trabalhadores da OGMA deviam eleger nova CT por **sufrágio universal e escrutínio secreto**.

Dia 18 de Outubro, segunda-feira, a repressão aumenta, tendo o director convocado uma força de pára-quadistas, duas carinhãs, com páras cuja idade andava à volta dos 30 anos, e cães policíacos, todos vindos de Tanços, e não as forças militares que se encontravam junto dos estabelecimentos da OGMA.

São proibidas reuniões de delegados, é exigida a identificação dos trabalhadores que participaram no plenário.

Perante estas medidas, são vários os chefes de secção que se recusarão a entregar as listas com os nomes dos seus camaradas de serviço que assistiram ao plenário. Como resposta da administração, obtiveram castigos que vão entre os 8 a 15 dias de suspensão do recebimento do ordenado.

Um capitão devido a ter apoiado a luta dos trabalhadores, é preso durante dois dias e de seguida é transferido para a base aérea de Sintra.

Nos dias 19 e 20 os trabalhadores saem do seu trabalho em manifestação gritando «levantamento imediato da suspensão da CT já».

As forças pára-quadistas em mais um movimento provocatório, cercam a manifestação, tentando arranjar pretextos para darem porrada ou mesmo

matar alguns trabalhadores, muito possivelmente disparando tiros para o ar.

Mas os trabalhadores, infelizmente já habituados a este tipo de provocações responderam dispersando, para evitar um confronto físico que não vinha resolver os seus problemas.

Entretanto a administração lança uma circular, dizendo que serão descontadas as horas em que os trabalhadores estiveram no plenário.

É sabido que devido à guerra colonial ter acabado, várias empresas portuguesas ligadas a ela directa ou indirectamente, ficaram com mão-de-obra a mais, visto até hoje não terem alterado seu tipo de produção. Ora acontece que na OGMA cerca de 1300 trabalhadores se encontram mais ou menos de braços caídos devido a não terem trabalho para executar, mas isto é muito diferente daquilo que os órgãos de informação estatizados para aí berram: «Há cerca de 1300 trabalhadores na OGMA que não querem trabalhar».

Que visa portanto o Governo do sr. Mário Soares, o tal governo socialista que disse só ares tem?

Despedir em massa e baixar ao máximo os salários, para assim os trabalhadores pagarem com o seu suor o défice da balança de pagamentos.

Ou até não foi esta a resolução apresentada pelos últimos técnicos económicos que deram uma conferência de Imprensa na Gulbenkian? Isto como fosse possível remediar a bancarrota da economia portuguesa segundo os métodos do sr. Mário Soares.

Também é preciso não esquecer que parte da gratificação de Natal, paga em títulos do tesouro, só passados dois anos é que os trabalhadores terão direito a ir levantá-la, isto se ela ainda lá estiver, pois o critério aplicado quanto ao destino de todo esse dinheiro, só ao Governo vai dizer respeito ou seja os trabalhadores que neste caso vão ser os investidores não tem nenhum direito de dar a sua opinião quanto ao destino dos milhares de contos com que o senhor Mário Soares vai financiar está-se mesmo a ver quem.

Portanto perante a crise capitalista que vai por Portugal e por toda a Europa fora uma única solução resta: Lutar pela Revolução Socialista.

PORTO

jornalistas e rodoviários em luta

Na sequência de um julgamento levado a cabo contra os sindicalistas dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, Gualdino Reis e Domingos Carvalho e o motorista Bernardino Nunes, estes foram absolvidos. Tudo recomeçou com a recusa do trabalhador em aumentar o já considerável número de desempregados que o capitalismo engendra. Foi assim que Bernardino Nunes com o apoio do Sindicato resolveu entrar em autogestão. Do ataque generalizado às conquistas dos trabalhadores de que este caso é exemplo, resultou o julgamento que decorreu no 1.º Juízo Criminal do Porto. Não sem que antes todos os motoristas do distrito paralisassem duas horas como demonstração de repulsa pelo julgamento e de solidariedade com os trabalhadores atingidos.

Da sentença ressalta o facto dos rodoviários terem de pagar doze mil

escudos à empresa proprietária dos táxis. Mas o que se considerava fundamental, foi atingido, apesar de tudo, a absolvição dos três trabalhadores.

Entretanto no rescaldo desta luta dos rodoviários do Norte, há a assinalar a desvinculação total deste sindicato à linha perconizada pela «Carta Aberta». Estando já a trabalhar com vista ao Congresso de todos os sindicatos. Também no Porto os jornalistas se reuniram em Assembleia geral para discutir a questão sindical. Foi apresentada uma proposta que não teve nenhum voto contra e da qual constam a participação do sindicato no Congresso, de todos os sindicatos como membro efectivo.

Participando portanto nas diversas fases de preparação e sessões do mesmo e defendendo na prática a unidade de todos os trabalhadores.

OS TRANSPORTES

O aumento do preço dos transportes foi uma das medidas deste Governo na sua determinação de fazer pagar aos trabalhadores a crise de que estes não têm culpa.

Nos barcos, das Carreiras de Trafaria, Porto Brandão e de Montijo os passageiros recusam-se a pagar os bilhetes. No Montijo existe inclusivamente uma Comissão dos Utentes das carreiras fluviais daquela localidade, que enviou uma proposta de tarifas ao Ministério dos Transportes, com um prazo de 48 horas para ser dada resposta. A recusa generalizada em pagar aumento do preço, dos transportes é a forma de luta que deve ser assumida por todos os que têm agora de pagar mais pelos mesmos transportes.

OS MORADORES DA TRAGARIA LUTAM; NÃO PROPRIAMENTE CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DOS BILHETES; MAS CONTRA ASPESSIMAS CONDIÇÕES EM QUE VIAJAM

Os trabalhadores e moradores da Trafaria marcam a posição de que a sua luta não é só pela questão dos aumentos, mas também, e principalmente, porque as carreiras foram reduzidas, e os barcos não têm o mínimo de condições, inclusivamente chove lá dentro.

Por este motivo, a população desta localidade manifestou-se junto aos barcos e decidiu embarcar sem pagar, como forma de protesto. Ao tomar-se pública e esta decisão, logo a PSP surgiu para «obrigar as pessoas a pagarem os bilhetes» respondeu o chefe da Brigada a um trabalhador, entretanto, e como já é habitual, a PSP barrou os acessos aos barcos, só deixando assim, entrar pessoas com vilhete. Mais tarde, o povo da Trafaria conseguiu furar a barreira e tudo se processou como tinham combinado, viajar sem pagar até verem resolvida a situação, pois não se justifica o aumento do preço dos bilhetes daqueles barcos, que estão quase a cair de podres. Mas isto durou poucas horas, pois a Polícia de Choque apareceu e desatou à coronhada, obrigando as pessoas a saírem pela janela, do barco, indo até às casas de banho onde algumas senhoras grávidas e crianças se refugiavam, perseguindo as pessoas até aos combios etc. Também é curioso notar as contradições que existem na P.S.P., por exemplo um polícia agarrou um trabalhador e dis-

se-lhe» afaste-se daqui, os choques não têm consideração e não respeitam ninguém, dão cabo de si». Como é evidente, resultaram muitos feridos, depois da repressão, entre eles um rapaz de 16 anos, que tem a cabeça partida, um trabalhador da Docca Pesca e Membro da Comissão de Moradores de Abas de Raposeira que ficou também com a cabeça partida, uma senhora idosa, que ficou cheia de nódoas negras, um soldado fardado do B.R.T., que foi também agredido ficando com a cabeça partida. E os jornais burgueses disseram que só havia a registar alguns vidros partidos, além de terem deturpado tudo. Mas o povo da Trafaria já contactou a ANOP, no sentido desta agência dar informações correctas do que se passou.

Isto, é mais uma prova de que a direita avança e a repressão aumenta cada vez mais.

Os trabalhadores e Moradores da Trafaria convocaram logo um plenário, para adoptarem novas formas de luta, e ai decidiram realizar uma manifestação cuja concentração será no sábado às 9 horas da manhã na Trafaria e que se vai dirigir ao Ministério dos Transportes.

Entretanto a população desta localidade distribuiu um comunicado divulgando a sua luta, contra a redução dos horários dos barcos que lhes prejudicam a vida, e contra as péssimas condições em que viajam. Há a registar a solidariedade operária da Comissão de Trabalhadores da Transul que pôs as Camionetas à disposição do povo da Trafaria para o transportar até Lisboa.

11 DE NOVEMBRO

1.º ANIVERSÁRIO

DA REPÚBLICA

POPULAR DE ANGOLA

Apesar de toda a espécie de manobras e agressões por parte da reacção Angolana e do Imperialismo, apesar de todas as ambiguidades e contradições por parte das forças que detinham o poder político militar em Portugal, o povo angolano foi capaz de levar de vencida o seu inimigo e de ultrapassar a barreira que constituiu o oportunismo dos falsos amigos.

Teve o MPLA papel decisivo e preponderante ao prospectar a longa dura luta travada em termos da Conquista duma sociedade nova erguida das ruínas do colonialismo e em consciencializar e organizar o povo angolano para as duas lutas travadas. Tiveram as FAPLA o mérito de tomarem viável, opondo vitoriosamente a violência revolucionária à violência reacçãoária, o advento dessa sociedade nova com a criação da República Popular de Angola.

Com Angola, ficariam definitivamente fora da órbita do Imperialismo as ex-colónias de Portugal em África.

Na peugada dos povos de Cuba, do Vietname, de Argélia e de tantos outros países que conquistaram a sua independência nacional através duma dura luta contra o inimigo Comum — o Imperialismo explorador, opressor e agressor — o povo angolano deu mais um importante passo no sentido do isolamento dos países imperialistas e do agudizar das suas contradições internas, contribuindo assim para tornar possível a Revolução Socialista nos países capitalistas economicamente desenvolvidos.

Tentou então, o Imperialismo, através da reacção em Portugal, evitar a realidade que hoje se chama Re-

pública Popular de Angola. Não deixará decerto de continuar, pelos mesmos intermédios, de tentar miná-la já que não pode mais opor-se-lhe frontalmente. Cabe às classes trabalhadoras e às forças revolucionárias de Portugal a tarefa imensa de pôr fim ao capitalismo e de construir a sua República Socialista.

Só assim, só com um Portugal Socialista, se poderão finalmente espreitar as relações mais amplas com a República Popular de Angola, no quadro dos interesses mútuos do povo angolano e dos trabalhadores portugueses, sem ambições neocolonialistas e sem cobertura a intermediários servís do imperialismo e colaboradores objectivos dos regimes fascistas da Rodésia e da África do Sul.

Ao saudar o povo Angolano e a sua vanguarda revolucionária, o MPLA por altura do 1.º aniversário da Independência de Angola, o PRP não vem apenas reafirmar a sua firme determinação em interpretar activamente as suas responsabilidades no quadro do Internacionalismo proletário.

O PRP aponta sobretudo o exemplo dado pelo povo angolano na via para a sua libertação, consciente de que, caminhando nesse sentido, unidos e organizados os trabalhadores portugueses saberão conquistar o seu dia da fundação da República Socialista de Portugal.

VIVA O MPLA
VIVA O POVO ANGOLANO
VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Lisboa, 10 de Novembro de 1976

«Telegrama enviado ao Presidente da República Popular de Angola, por altura da comemoração do 1.º Aniversário da Independência de Angola.»

Camarada Agostinho Neto:

Saudamos camarada Presidente, MPLA, Povo Angolano passagem 1.º Aniversário libertação colonialismo independência Angola. Afirmamos nossa determinação perseguir luta comum anti-imperialista e construção Socialismo nossos dois países.

A DIRECÇÃO DO PRP
Tomás Melo da Fonseca



Ao fim de treze anos de guerra colonial, o povo angolano conquistou a sua independência. Hoje festeja-se o primeiro ano, durante o qual muitas foram as transformações que se efectuaram.

A luta pela reconstrução de um país não é fácil.

O desenvolvimento dos meios de produção, a solução dos problemas de educação, saúde e alimentação, são as principais tarefas que se põe ao povo angolano.

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

A faixa antifascista alargou-se nas últimas semanas graças às contradições geradas no seio das instituições do Poder, contradições que se mostram cada dia mais insuperáveis. Mas foi também na última semana que se mostrou mais difícil a unidade dentro dos GDUP's que não são de modo algum a alternativa orgânica de esquerda necessária neste momento. A criação do MUP continua em aberto, constituindo esse movimento — Partido a única hipótese viável para englobar todos aqueles que se juntam em volta da figura e do programa de Otelo e também a única alternativa orgânica que pode servir para dialogar com todos os que escolham definitivamente o antifascismo. Mas a crise no seio do poder, como extremar de posições tanto no Conselho da Revolução como no Governo talvez não seja alheia à crise no seio dos GDUP's onde as várias posições reflectem exactamente atitudes divergentes quanto ao Poder não sendo de por de parte a ideia de que as forças de direita, tendo os olhos postos nos GDUP's como têm, tentam actuar aí de uma forma não só directamente repressiva como também provocatória. Na realidade o ritmo a que o poder vem virando para a direita é bem demonstrado se pensarmos que a prisão de Otelo veio acompanhada de medidas libertistas, que fazem pensar que ela estava englobada num acto mais geral contra as forças de esquerda, que englobam o acto brutal da bomba posta em casa de Lopes Cardoso.

De outro modo também não se compreenderia esta prisão, oferecida assim como pretexto para manifestações de massas que são uma demonstração de força dos trabalhadores e da esquerda.

Mas a verdade é que simultaneamente com esta prisão há a viragem para a direita do Governo P. S., cuja limpeza dos elementos mais à esquerda era possível dentro do contexto em que se ia dar o Congresso do partido do Governo. Aliás a rapidez com que se deu a substituição de Lopes Cardoso e a pouca surpresa que isso constituiu para certas esferas é demonstrativo de que tal facto só pode ter surpreendido o chamado grande público. Os discursos de Mário Soares e António Barreto, que

lembrem bem certos discursos de Marcelo Caetano, estavam demasiado prontos a sair, eram discursos que estavam na cabeça. Coincide também este período com um abrandar da investigação da rede bombista com a libertação de Mota Freitas (por via das «pressões») e com o anúncio de que as organizações clandestinas de direita vão reacender a luta com outras formas de actuação (raptos, assassinatos, etc.) como já começaram com Lopes Cardoso.

As pressões são pois de vária ordem interiores e exteriores ao Poder. E a direita começa a adquirir tal avontade que o P. P. D. da Madeira se dá ao luxo de criticar Ramalho Eanes, considerando-o à sua esquerda. Claro que estas expressões da direita tomam forma porque há um suporte militar que se vai fortalecendo e que obedece a uma orientação que fica muito à direita do Governo P. S. e do Conselho da Revolução. Há de resto que perguntar: onde para Spínola de quem se deixou de ouvir falar? que estará preparando o general do monóculo? É no meio deste cerco da direita que se começam a distinguir vozes dentro do Poder que se transformam em vozes de Oposição. Estas vozes poderão ser simbolizadas em Lopes Cardoso e em Melo Antunes, que se transformaram em cabeças de determinadas correntes ou de determinada corrente. Lopes Cardoso não pode efectivamente suportar o sentido dum congresso que tudo fez para não aprovar a política do seu Ministério; a direcção do P. S. achou assim uma forma de fazer a limpeza ao Governo, que a direita lhe impunha. E Lopes Cardoso passou a simbolizar uma certa forma de oposição ao Governo dentro das hostes do P. S. Quanto a Melo Antunes ele lidera toda a ala antifascista dentro do Poder, a qual tem a maioria no C. R. mas esta composição no Conselho da Revo-

lução não corresponde à estrutura das Forças Armadas. Por isso Melo Antunes, Lopes Cardoso e todos aqueles que fizeram o «25 de Novembro» ou estiveram com ele, nesse momento manipulados pela direita, estão já colocados numa vasta zona antifascista que se opõe à extrema-direita. Nessa área política representada pelos «nove», há no entanto transfiguras que já estão declaradamente com a extrema direita — lembremos agora de novo a referência à presença de certa figura política-militar numa célebre reunião da rede bombista em Braga... Reunião e figura que não se investigam, claro por mais Holden Roberto que apareçam ...

Mas a maior ou a menor força da corrente antifascista dentro do Poder dependerá da força e da organização da corrente revolucionária fora do Poder. Pois que embora não haja coincidência de pontos de vista dos dois lados pode haver convergência no objectivo de travar o avanço do fascismo; e quanto maior for a força do movimento revolucionário mais ele poderá determinar o sentido da luta contra o fascismo que só será eficaz se se der simultaneamente com uma luta anticapitalista.

Por isso as forças de direita tentarão por todos os meios, neste momento atingir as várias correntes de esquerda. Poderão estender provocações aos «nove» e poderão atingir a esquerda revolucionária através de calúnias e de manobras montadas.

É contra isto que os revolucionários têm de estar precavidos. A saída de Otelo, mesmo no termo do prazo anunciado, é uma vitória para a esquerda porque isso significa que ainda não foi desta que o fascismo o apanhou.

Mas a saída de Otelo não é tudo. É necessária a organização unitária revolucionária, é necessário o movimento de unidade que os GDUP's não foram.

PRP DEIXA DE ESTAR REPRESENTADO NA CNPUP E NÃO ESTARÁ OFICIALMENTE PRESENTE NO CONGRESSO DOS GDUP

A direcção decidiu retirar os seus delegados à CNPUP e a todas as distritais de Unidade Popular

Fê-lo devido às suas responsabilidades como organização revolucionária face à actual situação política, às graves distorções introduzidas no projecto do MUP ao facto deste Congresso não ir operar a necessária clarificação política e a não poder dar cobertura por mais tempo à grave situação existente no Movimento.

Quanto às graves distorções referem-se nomeadamente as respeitantes a listas partidárias para as autarquias (em nome dos GDUP), ao funcionamento de estruturas anti-democráticas, e à linguagem partidária introduzida em numerosos Comunicados atribuídos a Comissões de Unidade Popular.

A situação política, a estratégia e Tática do Movimento não serão definidos nem discutidos no Congresso dos GDUP que na prática irá apenas aprovar um programa de luta, uns estatutos e eleger uma direcção.

Não se criam assim as necessárias condições para superar os graves problemas do Movimento de Unidade Popular e, pelo contrário, irá continuar a sua degradação progressiva a que nos últimos tempos temos vindo a assistir. Isto é tanto mais grave quanto a situação política exige a construção de uma alternativa revolucionária que as orientações e estruturas a sair deste

Movimento não representarão. Contudo assumindo as responsabilidades da hora presente, o PRP reafirma a sua vontade de construção dum verdadeiro Movimento de Unidade Popular e considera indispensável repor o projecto inicial da candidatura do camarada Otelo, que tem vindo a ser desvirtuado, nomeadamente no que respeita

- a) Ao papel das organizações populares de base
- b) À ligação às lutas concretas dos trabalhadores
- c) À democracia proletária no seio do Movimento
- d) A um projecto de Socialismo de Base
- e) À solidariedade Internacionalista com todos os povos e suas vanguardas revolucionárias, principalmente com as ex-colónias portuguesas.

Sem o respeito por estes princípios e objectivos o MUP será mais uma organização stalinista e reformista totalmente incapaz de fazer face à situação política concreta de Portugal hoje, e sujeita ao fracasso a muito curto prazo.